

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – EAD
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**DO LEGAL AO REAL –
PERCEPÇÕES DE GESTORES DE CRISSIUMAL - RS
ACERCA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Franciele Aline Quanz Wergutz

Três Passos, RS, Brasil

2014

**DO LEGAL AO REAL –
PERCEPÇÕES DE GESTORES DE CRISSIUMAL
ACERCA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS**

Franciele Aline Quanz Wergutz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização
Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em
Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^a. Liliane Madruga Prestes

Três Passos, R.S, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

À Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**DO LEGAL AO REAL – PERCEPÇÕES DE GESTORES DE
CRISSUMAL – RS ACERCA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NAS
ESCOLAS PÚBLICAS**

elaborada por
Franciele Aline Quanz Wergutz

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª. Liliane Madruga Prestes (UFSM)
(Orientadora)

Profª Drª. Cristiane Ludwig (UFSM)
(1º Examinadora)

Profº Drº. Marcelo Pustilnik de Almeida Vieira (UFSM)
(2º Examinador)

Profª. Drª. Simone Freitas da Silva Gallina
(suplente)

Três Passos, 28 de Novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao término de mais esta etapa de minha vida acadêmica, agradeço a Deus pela vida e por me proporcionar oportunidades de crescimento e satisfação e também por ter me dado força e saúde para superar as dificuldades. A minha família, meus pais, meu irmão e ao meu namorado por me apoiarem em minhas decisões e pelo amor, incentivo e por compreenderem o tempo e esforços dispensados para meu crescimento individual. A minha professora orientadora, Dr^a Liliane Madruga Prestes, pelas orientações e pela condução deste trabalho, mostrando-me os caminhos e possibilidades e incentivos. Também preciso lembrar a Escola em que foi realizado este trabalho, e principalmente, as professoras, coordenadoras e gestores que colaboraram com o mesmo.

Enfim, obrigada a todos que direta e indiretamente contribuíram para minha formação pessoal, acadêmica e profissional e para a concretização deste objetivo.

*Dedico este trabalho
Primeiramente á Deus, por ser essencial em minha
vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente
nas horas de angustia, à minha família por sua
capacidade de acreditar e investir em mim me dando
forças e carinho para prosseguir e à minha professora
orientadora que teve paciência e que me ajudou a
concluir este trabalho.*

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

DO LEGAL AO REAL – PERCEPÇÕES DE GESTORES DE CRISSIUMAL – RS ACERCA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Autora: Franciele Aline Wergutz

Professora Orientadora: Dr^a. Liliane Madruga Prestes

Resumo: A presente investigação foi realizada com o objetivo de investigar e analisar quais as concepções e práticas de gestores educacionais de escolas públicas de Crissiumal – RS acerca dos processos de inclusão no âmbito da Educação Básica. Para tanto, foi realizada a revisão de literatura sobre tal temática articulando com os estudos realizados no decorrer do Curso de Especialização em Gestão Educacional ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria – pólo de Três Passos. Visando aprofundar os estudos acerca dos processos de inclusão no contexto pesquisado, durante o segundo semestre de 2014 foi realizada uma pesquisa de campo, a qual constou de entrevistas semiestruturadas com gestores de duas escolas públicas da rede urbana do município de Crissiumal – RS, no qual a pesquisadora atua como docente. Os dados coletados foram analisados articulando-os com as atuais políticas públicas que regem os processos de inclusão na Educação Básica, em particular, enfocando a função da gestão escolar como promotora de tais processos, ao articular os diversos segmentos da escola na busca de estratégias individuais e coletivas que promovam a valorização e respeito das diferenças, potencializando as interações e promovendo o compartilhamento das aprendizagens pelos diferentes atores que compõe a comunidade escolar. As reflexões realizadas com base em tal escuta buscam suscitar o debate nas escolas públicas e na formação docente, em particular, no que tange aos espaços de formação inicial e continuada dos gestores e demais membros da comunidade escolar no que tange aos processos de inclusão e desafios postos na atualidade.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Inclusão Escolar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Monograph of Specialization

Specialization course in Educational Management held at the Federal University of Santa Maria

FROM LEGAL TO REAL –

PERCEPTIONS OF MANAGERS Crissiumal - RS ABOUT THE POLITICS OF INCLUSION IN PUBLIC SCHOOLS

Author: Aline Franciele Wergutz

Teacher Advisor: Dr. Liliane Madruga Prestes

This research was conducted in order to investigate and analyze which one to design and practices of educational administrators in public schools in Crissiumal - RS on the processes of inclusion within Primary Education. Three Steps pole - for both the literature review on this topic linking to studies during the Course of Specialization in Educational Management offered by the Federal University of Santa Maria was performed. To deepen the studies on the processes of inclusion in the research context, during the second half of 2014 a field study, which consisted of semi-structured interviews with managers of two public schools in the urban network of the city of Crissiumal was held - RS, in which the researcher acts as a teacher. The data collected were analyzed coordinating with current public policies governing the processes of inclusion in Basic Education, in particular, focusing on the role of school management processes such as promoter, to articulate the various segments of the school in the pursuit of individual strategies and collective that promotes the appreciation and respect of differences, leveraging the interactions and promoting the sharing of lessons learned by different actors that make up the school community. The reflections made on the basis of such listening seek fuel debate in public schools and in teacher education, in particular with respect to the spaces of initial and ongoing training of managers and other members of the school community with respect to the processes of inclusion and challenges posts today.

KEYWORDS: Educational Management. School Inclusion. Public Policy.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Questionários	31
--------------------------------------	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A INCLUSÃO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA.....	12
2. O CONTEXTO E OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	18
3 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE INCLUSÃO A PARTIR DA ESCUTA DE GESTORES ESCOLARES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE CRISSIUMAL – RS.....	20
REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DA ESCUTA DOS GESTORES DE CRISSIUMAL – RS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (Declaração de Salamanca, 1994, p.5¹)

Ao propor analisar os processos de inclusão no âmbito das escolas públicas brasileiras, destaco que tal temática tem sido pauta de inúmeros debates tanto no contexto acadêmico como na sociedade como um todo, todavia há muito a avançar para que ocorra de fato. Entre os desafios postos à inclusão de crianças, jovens e/ou adultos na Educação está a necessidade de repensarmos os espaços, tempos, currículos a fim de que de fato as aprendizagens possam ser compartilhadas e garantidas para todos. Neste enfoque, a presente investigação busca analisar como a gestão educacional no âmbito da escola tem sido pautada junto a sua comunidade tais mudanças e que desafios enfrenta no sentido de concretizá-los.

A fim de subsidiar tais discussões, num primeiro momento, busquei me apropriar os documentos que regem tais políticas públicas, em particular, no âmbito da educação Básica. Neste sentido, constato que nas últimas décadas, o Brasil demonstrou avanços significativos em legislações que buscam a garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Um dos marcos nesta trajetória de lutas em prol de uma educação de qualidade para todos foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual enfatizou a garantia dos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, tanto no âmbito da educação quanto em outras esferas da vida social (por exemplo, acesso aos sistemas de saúde, ao mercado de trabalho, a acessibilidade. A partir de então, houve um avanço significativo nas políticas de inclusão buscando, por exemplo, a garantia não somente do acesso mas da permanência e de condições para a

¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acessado em 16/10/2014.

aprendizagem tais como a utilização de recursos que viabilizem a comunicação como Língua Brasileira de Sinais e sistema Braile, entre outros). Todavia, em termos de educação ainda há muito a ser conquistado para que efetivamente tal processo consiga efetivamente incluir a todos, em particular, no âmbito das escolas.

Visando investigar e analisar como tais processos ocorrem no contexto de Crissiumal – RS onde a pesquisadora atua como docente, a pesquisa buscou articular os estudos realizados no decorrer do Curso de Especialização em Gestão Educacional promovido pela Universidade Federal de Santa Maria – no pólo de Três Passos com as concepções e práticas de gestores de escolas públicas locais. Para tanto, no decorrer do segundo semestre de 2014 foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o intuito de aprofundar os estudos acerca de tal temática com base na escuta dos gestores e da análise das políticas públicas vigentes.

Os resultados apresentados buscam apontar elementos para a formação inicial e continuada de professores e, em especial, de gestores a fim de que problematizar e compartilhar experiências, desafios e coletivamente oportunizarmos a construção de estratégias que de fato possam promover a inclusão de todos no âmbito de nossas escolas.

1. A INCLUSÃO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA

Enquanto educadora, busco através da presente pesquisa investigar alguns desafios enfrentados pelos gestores da rede municipal de ensino do município de Crissiumal RS, no que diz respeito à educação inclusiva. A importância de estudar e aprofundar esse tema se deu pelo motivo de atualmente estar ocupando um cargo na coordenação pedagógica de uma entidade filantrópica onde precisamos estar em constante aprendizado para podermos oferecer uma educação de qualidade e igualitária para todos.

No início das investigações, umas das afirmativas de uma gestora despertou ainda mais meu interesse pela temática. Ao conversarmos sobre este assunto, a mesma relatou que no seu entendimento há um abismo entre os preceitos legais e a realidade, principalmente no âmbito das escolas públicas. A partir de diálogo com a gestora busquei aprofundar meus conhecimentos acerca de tal temática compreendendo de que forma a mesma tem sido pautada nas políticas públicas e na gestão educacional no âmbito do município de Crissiumal no qual atuo como docente.

A partir de tais inquietações, busquei compreender qual o entendimento de inclusão trazido nos documentos legais. Entre tais documentos, cito a Declaração de Salamanca, a qual se constitui em um importante documento sobre princípios, políticas e práticas relativos às necessidades especiais. Tal Declaração deu origem a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha em 1994, e, segundo Abenhaim (2005, p.43), dentre outras questões, proclama que "as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades". Cabe destacar que a Declaração de Salamanca propõe que as escolas façam adequações em seus currículos, tempos e espaços a fim de promover a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, entre as mais diversas, garantindo-lhes o acesso e uma educação de qualidade atendendo às demandas tanto individuais quanto coletivas.

Todavia, a inclusão proposta na Declaração de Salamanca e demais prerrogativas legais vigentes, como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, requer compreender que tal processo requer adoção e estratégias tais como a qualificação dos profissionais que atuam na educação infantil, o que inclui o coletivo da escola (professores, gestores e demais profissionais que atuam no espaço escolar).

Hoje, mais do que nunca, se faz necessária uma escola que almeje e, ao mesmo tempo, crie oportunidades para todos. Infelizmente, construir um ambiente escolar inclusivo não é tarefa fácil e, para que essa construção seja solidificada, é necessário que todas as ações administrativas e pedagógicas planejadas se voltem para a concretização da escola que se deseja.

Em termos de Brasil, entre os documentos legais que regem as políticas voltadas à inclusão, cito a Constituição Federal de 1988, cujo texto representou um avanço na ruptura das práticas de exclusão, preconizando a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais nas classes de ensino regular mediante atendimento educacional especializado. Visando atender tal prerrogativa, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional² (Lei nº9394/96), no Capítulo V apresenta a seguinte definição de tal modalidade de ensino:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Portanto, a educação especial a partir da LDB passou a ser também por sua relevância e abrangência, pois inclusão não é algo inatingível, mas desafiador, tanto para escolas, professores, alunos, família, enfim, toda a contingência escolar e social,

² Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> acessado em 04/10/2014

pois o grande propósito da inclusão é fazer com que as diferenças sejam ganho na tentativa de construir uma sociedade com oportunidades iguais para todos.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Na atualidade, no Brasil a educação inclusiva tem conquistado significativos avanços em termos de legislações específicas que buscam a garantia dos direitos de acesso e permanências de pessoas com necessidades educativas especiais em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

De acordo com os Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva³ propostos pelo Ministério da Educação (Brasil,2010), a educação inclusiva fundamenta-se numa filosofia que aceita e reconhece a diversidade na escola, garantindo o acesso a todos à educação escolar, independentemente das

³ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913 acessado em 02/10/2014

diferenças individuais. O valor principal que norteia a idéia da inclusão está trilhado nos princípios da igualdade e diversidade, paralelo com as propostas de sociedade democrática e justa. O referido documento, destaca ainda algumas importantes avanços com relação a educação inclusiva, tais como algumas normativas exaradas pelo Conselho Nacional de Educação⁴, entre as quais cito:

✍ Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

✍ Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001 : Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

✍ Parecer CNE/CEB nº 11/2004, aprovado em 10 de março de 2004: Consulta tendo em vista o artigo 58 da Lei 9.394/96- LDB e a Resolução CNE/CEB 2/2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

✍ Parecer CNE/CEB nº 6/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007: Solicita parecer sobre definição do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, como parte diversificada do currículo.

✍ Parecer CNE/CEB nº 13/2009, aprovado em 3 de junho de 2009: Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

✍ Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 : Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

✍

Todavia, apesar da inclusão estar sendo pautada constante nas políticas públicas para a educação, ainda há muito a avançar neste sentido. Atualmente verifica-se um discurso favorável à inclusão de pessoas com deficiência, não apenas no contexto escolar, mas em vários segmentos da nossa sociedade. Visando atender tal demanda e especificar o entendimento sobre o conceito de atendimento educacional especializado, entre os documentos que regem a educação inclusiva, cito em particular, o Decreto Nº 7.611, (de 17/11/2011), o qual define como público-alvo da educação especial as

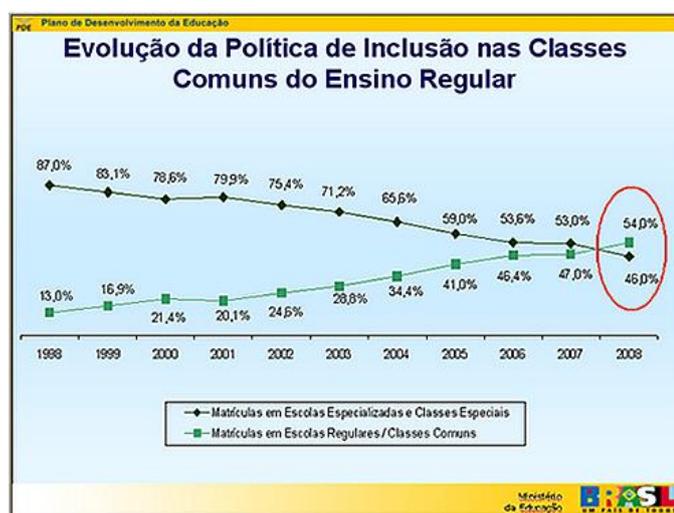
4 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866 acessado em 02/10/2014

peças com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Faz menção ainda ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que trata especificamente dos estudantes surdos e com deficiência auditiva.

Segundo o disposto no Decreto 2.711/2011, a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado definindo-os como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Cabe salientar que o atendimento de apoio especializado visa complementar e/ou suplementar a educação ofertada em turmas regulares de ensino. Neste sentido, constatamos o levantamento realizado pelo MEC demonstra avanços significativos, conforme o gráfico 1 abaixo:



Quadro referente à Evolução da Política de Inclusão nas Classes Regulares Comuns do Ensino Regular⁵

Ao mesmo tempo, não raras vezes nos deparamos com situações nas quais as pessoas com necessidades educativas especiais acabam sendo excluídas, vítimas de

⁵ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345&Itemid=709 acessado em 02/10/2014

preconceito e estigma, por serem consideradas diferentes. Parece claro que as conquistas maiores em relação aos direitos destas pessoas se deram mais no que diz respeito à elaboração de leis e normas do que na concretização de ações que de fato possibilitem a real inserção destas pessoas na sociedade. Glat e Nogueira (2002) afirmam que não basta uma proposta se tornar lei para que ela seja imediatamente aplicada, pois são muitos os aspectos a serem considerados. No caso das políticas de inclusão, não raras vezes nos deparamos com denúncias referentes a questões como falta de acessibilidade nas escolas (como rampas, banheiros adaptados, sinalizações e materiais disponíveis em Língua Brasileira de Sinais e/ou Braille) e falta de preparação dos profissionais que atuam em tais espaços, tais como os gestores escolares.

Além das questões estruturais e de recursos materiais para a inclusão, julgo pertinente também discutirmos e avançarmos nos estudos acerca de tal conceito, buscando investigar e problematizar as concepções e práticas que pautam as ações desenvolvidas pelos gestores das escolas públicas no contexto pesquisado. Parto do entendimento de que cabe ao gestor escolar promover estratégias que possibilitem a articulação dos diversos segmentos sociais a fim de que juntos possam buscar a adoção de ações que promovam o acesso e permanência de todos no âmbito da escola, garantido o respeito as individuais e necessidades de cada pessoa.

Neste sentido, a presente investigação pautou-se numa perspectiva qualitativa com a intenção de problematizar e analisar os dados e não apenas quantificá-los. Nessa perspectiva metodológica torna-se relevante considerar os sujeitos da pesquisa e o contexto no qual a mesma foi desenvolvida. Logo, ao escolher a temática da pesquisa busquei aprofundar meus estudos acerca da mesma a partir da articulação entre teoria e prática mediante a escuta dos sujeitos do contexto local onde atuo como docente, a saber, na rede pública de Crissiumal - RS. Para tanto, no decorrer do estudo busquei enfocar a seguinte problemática: Que desafios a gestão da escola pesquisada enfrenta no seu cotidiano no que se refere à efetivação das políticas voltadas à inclusão? Quais são as estratégias desenvolvidas pelos gestores a fim de para aprimorar as práticas voltadas à inclusão desenvolvidas no âmbito da escola?

Na próxima seção, faço uma breve apresentação do contexto pesquisado e dos percursos percorridos no decorrer deste estudo.

2. O CONTEXTO E OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Visando compreender de que forma a inclusão tem sido promovida no contexto onde atuo como educadora, o presente estudo foi realizado com gestores de escolas públicas da rede urbana do município de Crissiumal, situado no noroeste do Rio Grande do Sul acerca de aproximadamente 496 km da capital do Estado. Atualmente, conta com uma população estimada em 14.315 habitantes⁶ e, conforme Dados do Censo Escolar (2013)⁷, o que inclui uma população estudantil composta pelos números da Tabela 1.

Tabela 1 – Dados o Censo Escolar (2013) – Crissiumal - RS

Depen- dência	Matrícula Inicial																
	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1, 2}
Estadual	0	0	350	451	488	39	0	65	0	0	0	0	28	29	9	0	0
Municipal	214	278	453	335	0	0	0	0	0	0	1	6	14	6	0	0	0
Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	35
Total	214	278	803	786	488	39	0	65	0	0	1	6	44	35	9	0	35

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Os dados acima, demonstram que o município apresenta demandas no atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, principalmente no âmbito do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Logo, com base nas vivenciadas compartilhadas no contexto pesquisado enquanto educadora, na presente investigação busco analisar o papel da gestão escolar na efetivação das políticas de inclusão. Para tanto, em termos metodológicos, optou-se pela realização de um estudo

⁶ Dados do Censo – IBGE (2014) disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430600&search=rio-grande-do-sul|crissiumal|informativos:-informacoes-completas> acessado em 08/10/2014)

⁷ Dados do Censo Escolar (2013) disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> acessado em 10/10/2014.

de caso, o qual é definido por Creswell (2014) como uma abordagem qualitativa que pode ser objeto de estudo, como também um produto da investigação.

Com base em tais pressupostos metodológicos, busco investigar a partir do contexto pesquisado de que forma a inclusão tem sido concebida e praticada no âmbito das escolas públicas, articulando tais análises com o que é preconizado em termos de políticas públicas vigentes. Para tanto, optei pela escuta de dois gestores das escolas da rede, mediante a utilização de questionários semiestruturados visando articular os estudos teóricos com tais dados.

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas de Educação Básica, da rede municipal de ensino de Crissiumal, interior do Estado do Rio Grande do Sul, o qual conta 9 escolas na rede municipal e 10 na rede estadual. O município conta ainda com uma Unidade da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que atende crianças com necessidades educativas especiais da cidade e região.

Para a produção deste estudo, foram realizadas entrevistas com duas gestoras das escolas da rede municipal que atuam na direção escolar. A escolha das escolas se deu pelo fato de ambas possuírem crianças inclusas e também pelo fato de que a pesquisadora já circulou nestes espaços no decorrer de sua trajetória estudantil, sendo muito bem acolhida por todos para a realização deste estudo. Após a conversa inicial com as gestoras, as mesmas foram bastante receptivas e demonstram muito interesse na pesquisa, inclusive contribuindo com dados e auxiliando para subsidiar tais análises, principalmente no que se refere as leis e a realidade do contexto.

No próximo capítulo apresento as reflexões realizadas a partir de tal investigação.

3. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE INCLUSÃO A PARTIR DA ESCUTA DE GESTORES ESCOLARES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE CRISSIUMAL – RS

A educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar preconizando a escola regular enquanto espaço educacional a ser compartilhado por todos. Tal perspectiva se contrapõe ao paradigma da exclusão escolar, a partir do qual os alunos com necessidades educativas especiais acabam sendo segregados em outros espaços, tanto internamente na escola regular ou fora dela em outras instituições, em geral de caráter filantrópico e assistencialista. A partir do avanço das políticas públicas voltadas à inclusão, na atualidade, a inclusão passa a ser concebida enquanto o direito de todos ao acesso e a uma educação de qualidade. O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, freqüentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (BRASIL, 2001).

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum. Todavia, para que a promover práticas inclusiva no âmbito da escola é preciso que a gestão, entre outras estratégias, como adequação dos espaços, tempos e currículos, também possa possibilitar espaços para a formação continuada. Tal formação é prevista na Lei de Diretrizes e Bases, (Lei nº 9.394/96) que a concebe enquanto parte da profissão do professor, ao mesmo tempo em que confere às escolas a autonomia da forma como a conduzem.

Neste sentido, as escolas inclusivas precisam aprender a lidar com as diversidades em seus contextos educativos, aprendendo a valorizar as diferenças, a adequar suas propostas aos diferentes ritmos de aprendizagens. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os

professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

Entretanto, muito tem se discutido por inclusão o que requer também que a escola discuta o que entende por isso? Cabe salientar que o conceito de inclusão nas escolas é muito abrangente e por isso não trata apenas, como muitos pensam, de incluir alunos com deficiências nas salas de aulas regulares. Ao focar o conceito de inclusão, os estudos realizados por Guijarro (2005) enfatizam que implica diferenciá-la de integração, cujos processos são distintos. Segundo a autora,

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas (GUIJARRO, 2005, p. 7).

Os estudos realizados pela autora citada evidenciam que a inclusão implica acima de tudo a garantia do direito de todos a educação, ou seja, que todas as pessoas têm o direito ao acesso a escola, enquanto espaço coletivo e assim possibilitando e garantir sua integração e participação na sociedade. Salienta ainda que tal direito implica não somente o acesso à escola, mas também uma educação de qualidade que possibilite que todos aprendam, o que requer o atendimento às demandas individuais e a igualdade de oportunidades. Para tanto, além das conquistas em termos de leis que garantam o direito à inclusão, também se faz necessário repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da escola, em particular, enfocando a gestão escolar democrática como forma de promover a participação e comprometimento de toda a comunidade com a inclusão de todos.

Transformar a cultura das escolas para que se convertam em comunidades de aprendizagem e de participação. A inclusão tem de ser um projeto de toda a comunidade educacional e requerer a participação dos pais e da comunidade, já que somente e na medida que seja um projeto coletivo se assegurará que toda a comunidade educacional se responsabilize pela aprendizagem e avance de todos e cada um dos alunos. Para garantir a aprendizagem e a participação de todos os alunos, é necessários um trabalho colaborativo entre os professores, entre professores e pais, professores e especialistas e entre os próprios alunos.

Com base no exposto, podemos evidenciar que a inclusão escolar, em seu sentido mais amplo, engloba um conjunto de ações desempenhadas em todos os níveis

e por todos os segmentos da escola que procura dar oportunidade aos alunos para que vivenciem as mais diversas formas e chances de garantia de sucesso.

Com base em tais pressupostos, a pesquisa buscou investigar qual a concepção que os gestores educacionais participantes tem acerca da inclusão, obtendo-se as seguintes respostas:

Gestor A: Entendemos por educação inclusiva aquela que inclui alunos com NEE (necessidades educacionais especiais, no âmbito escolar, no que se refere a classe regular.

Gestor B: Educação inclusiva é o direito do ser humano de ter as mesmas possibilidades e oportunidades de aprendizagem, independente do seu nível cognitivo. É um processo educacional que contempla aspectos sociais positivos, pois proporciona à todos o convívio com a diversidade.

A fim de investigarmos como a inclusão tem sido operacionalizada no âmbito da escola, questionei os gestores acerca de se havia alunos com necessidades educacionais especiais e como estava sendo realizado o atendimento dos mesmos. Eis as respostas:

Gestor A: Sim .Oito alunos. Deficiência intelectual, deficiência física e fenilcetonúria . Na escola temos trabalho diferenciado na classe regular e no contra turno classe de AEE (atendimento educacional especializado).

Gestor B: Sim, 4 alunos, intelectual, visual e auditiva. É realizado o atendimento em turno inverso, conforme o recomendado pela lei, e com apoio pedagógico em sala de aula.

Na sequência, os gestores foram indagados sobre como avaliam as práticas de inclusão desenvolvidas no âmbito de sua escola, ou seja, que aspectos julgam positivos e qual (is) precisam ser melhorados. Eis as respostas:

Gestor A: Entendemos que a inclusão de alguns alunos isto é aqueles que possuem determinado grau de deficiência, que conseguem interagir e aprender com os demais. Consideramos como positivo aquele aluno que possui condições de evoluir em relação a aprendizagem, bem como o convívio com os demais. Precisa ser melhorado em muitos aspectos, tais como: formação para os professores, currículo diferenciado para estes alunos, conforme a necessidade de cada um, recursos pedagógicos, equipe multidisciplinar para dar suporte e apoio aos professores.

Gestor B: A maior dificuldade encontrada no dia a dia é a indisciplina em sala de aula, pois os alunos com necessidades educacionais especiais possuem tempo reduzido de concentração, não conseguindo acompanhar os demais, dificultando assim o trabalho do professor em sala de aula, o professor passa mais tempo acalmando e pedindo atenção do que repassando o conhecimento. Dessa forma os demais alunos acabam sendo prejudicados em relação ao conteúdo e conseqüentemente a aprendizagem. Isto reflete nas famílias e estas muitas vezes não aceitam esta situação, pois seus filhos perdem em relação a aprendizagem e ainda dependendo do caso, são agredidos por alunos inclusos.

Na fala da gestora B, percebemos o quanto ainda é desafiante para a escola romper com as concepções de ensino-aprendizagem, muitas das quais estão pautadas em padrões normativos, no quais os sujeitos precisam se adequar aos tempos e espaços de aprendizagem disciplinados nas rotinas da escola. Neste aspecto, os estudos realizados por Fávero (2005) contribuem para refletirmos e buscarmos romper com tal lógica, citando algumas diretrizes e atos a serem observados pelas escolas na garantia da inclusão educacional. Entre tais aspectos, cita a questão da organização dos espaços e tempos no âmbito das práticas educativas, ou seja, evidencia que é preciso que a gestão juntamente com toda a comunidade escolar eliminem duas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, no sentido de que possam adotar

[...] métodos e práticas de ensino escolar adequados às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiências, mas sem discriminações [...] (FÁVERO, 2005, p. 64).

Para além dos espaços físicos, romper tais barreiras requer repensar as estratégias utilizadas a fim possibilitar aos sujeitos tempos e espaços nos quais possam interagir e compartilhar suas vivências e coletivamente ampliarem seus conhecimentos acerca de si próprios e do mundo. Ao serem questionados sobre que estratégias a escola adota para a inclusão no que tange a utilização dos espaços e recursos, os gestores das escolas afirmaram o que segue:

Gestor A: Os espaços físicos estão adaptados com exceção do 2º piso. Temos classe de AEE (atendimento educacional especializado) para alunos no contra turno. Temos Recursos pedagógicos, mas precisa ser ampliado e enriquecido, como por exemplo ter uma sala de recurso multifuncional.

Gestor B: A escola não tem sala multifuncional, banheiros adaptados em caso de deficientes físicos e também falta material adequado, no entanto, nós adequamos e atendemos nossas demandas dentro das nossas possibilidades

Nas falas dos gestores, percebemos que as escolas possuem condições antagônicas no que tange a adequação dos espaços físicos. Todavia, tal adequação física e material da escola não garante a inclusão. As mudanças necessárias são maiores e vão além da instalação de rampas, elevadores e banheiros adaptados. Tais mudanças

precisam chegar à sala de aula, onde muitas vezes atitudes são mais bem-vindas do que grandes reformas. A partir da escuta dos gestores, evidencia o quanto é necessário considerarmos que a inclusão requer compreender o aluno com deficiência ou não, como sujeito, que deve ser provocado a buscar, ser desafiado a superar suas limitações a fim de construir o conhecimento a partir de um saber existente e significante para ele.

Para Gadotti (2003) tal entendimento implica que enquanto professores/as requer compreendermos que a educação implica o desenvolvimento das potencialidades a partir do respeito das individualidades de cada sujeito. Portanto, torna-se, então, necessário que o professor tenha um olhar sob aspectos diversificados, mas considerando cada um de seus alunos um sujeito capaz de aprender independente de suas limitações. Saber que, incluir não é igualar, mas dar a oportunidade de ter educação com qualidade, que atenda suas necessidades, desafiando as potencialidades e desenvolvendo habilidades de cada um.

Aprender a viver juntos trata-se de um dos princípios da Educação Contemporânea, já que supõe participar e cooperar com os demais nas atividades humanas. Essa educação requer sem dúvida, o desenvolvimento da compreensão perante o outro, e a percepção de formas de interdependência, respeitando os valores do pluralismo, a compreensão mútua (BRASIL, 2005, p.10).

Conforme evidenciado nas políticas para a inclusão, a formação inicial e continuada dos diferentes profissionais que atuam no espaço escolar é um fator fundamental para que as ações pedagógicas sejam cada vez mais aprimoradas e qualificadas garantido de fato que todas os estudantes com necessidades educativas especiais possam aprender. Neste sentido, busquei investigar junto ao gestores quais estratégias sugerem que sejam adotadas no âmbito da formação inicial e continuada. Vejamos,

Gestor A: Consideramos que desde o principio isto quer dizer, desde o magistério, assim como no nível superior de qualquer área afim, precisa preparar e formar profissionais que possam lidar com as situações do cotidiano escolar, no que se refere a inclusão.

Gestor B: Dentro da formação inicial, as universidades deveriam ampliar dentro das demais disciplinas, maior carga horária, que desenvolva um conhecimento mais profundo relacionado as praticas pedagógicas referentes a inclusão.

A partir dos estudos realizados podemos perceber que o gestor escolar diante do seu papel precisa conhecer a realidade de sua comunidade e ter conhecimentos e técnicas que possam unir o coletivo para agir a favor do respeito e da diversidade, auxiliando os alunos que possuem necessidades educacionais especiais no aprendizado, em conjunto também com as famílias. O gestor escolar deve ser um líder pedagógico que apóia o estabelecimento das prioridades, avaliando, participando na elaboração de programas de ensino e de programas de desenvolvimento e capacitação de funcionários, incentivando a sua equipe a descobrir o que é necessário para dar um passo à frente, estimulando os docentes a debaterem em grupo, a refletirem sobre sua prática pedagógica e a experimentarem novas possibilidades, bem como enfatizando os resultados alcançados pelos alunos.

Não raras vezes no âmbito da escola, presenciamos muitos debates em torno da. É comum ouvir discussões sobre educação inclusiva, sobre as crises que enfrenta, sobre os caminhos para se promover um ambiente inclusivo, entre tantas outras questões pertinentes ao tema. Não há nada de errado nisso, pois a educação é realmente um campo do conhecimento que oferece muitos espaços para análise. Contudo, dentro desse contexto, o papel do gestor escolar é muitas vezes esquecido. Talvez pouco se fale sobre esse profissional, pelo menos no que se refere às suas relações no trabalho de construção dessa escola que se almeja. É inegável, porém, que ele é um profissional de suma importância para a construção de um ambiente escolar inclusivo. Seu papel, às vezes, se confunde com o de simples administrador e, por isso, é importante compreender em que situação esse profissional se encontra em nosso país.

Os próprios gestores precisam entender que suas práticas não podem ser estáticas e desatualizadas, que o compromisso que têm com a sociedade é o de desenvolver nas crianças, desde cedo, o espírito crítico e cidadão, dentro do respeito à diversidade.

Diante do exposto, consideramos que a escola inclusiva é um grande desafio, e o desempenho do gestor é vital para que ela se efetive. O gestor é quem viabiliza mudanças estruturais na escola, não somente na estrutura física, mas na estrutura humana, social e filosófica. Sendo assim, é imprescindíveis o constante debate, reflexão e envolvimento dos educadores. E, a partir das reflexões propostas neste trabalho, esperamos contribuir para a compreensão da importância do papel do gestor escolar e

suas implicações na criação de uma escola inclusiva, que atenda com qualidade e igualdade a todos.

A partir da escuta dos gestores, a pesquisa evidencia que a atuação do gestor escolar tem grande valia na tarefa de construir uma escola para todos. A educação inclusiva exige adaptações que priorizem a formação dos recursos humanos, materiais e financeiros, juntamente com uma prática voltada para o pedagógico.

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DA ESCUTA DOS GESTORES DE CRISSIUMAL – RS

A sociedade em que vivemos é capitalista e individualista, as pessoas são valorizadas pelo ter, portanto, encontra-se organizada em função de um princípio econômico que estima o individualismo, e onde o sucesso profissional proporciona garantia de valores notáveis na sociedade. Da mesma maneira, a educação está direcionada a proporcionar ao indivíduo um conhecimento individual, com mentes participativas e competência criativa para suprir braços fortes. Assim sendo questiona-se como ficam as pessoas que apresentam necessidades especiais, quais os avanços da educação especial para integrar estas pessoas na sociedade capitalista.

É urgente a mudança de postura, pois a educação especial precisa de um novo olhar, de novas relações. Muitos temas precisam ser discutidos, tendo em vista de serem polêmicos dentro do processo da educação e no que diz respeito à educação especial, para uma garantir a integração dos indivíduos especiais na sociedade contemporânea.

A proposta de educação inclusiva fundamenta-se numa filosofia que aceita e reconhece a diversidade na escola, garantindo o acesso a todos à educação escolar, independentemente de diferenças individuais. O valor principal que norteia a idéia da inclusão está calcado no princípio da igualdade e diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa. Fundamenta-se na concepção de educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos alunos e realizando o atendimento às suas necessidades educativas. Isso implica adaptações diante das diferenças e das necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno.

Em todo processo histórico de nossa realidade escolar, vimos escolas exclusivas, favorecendo minorias privilegiadas e excluindo os menos favorecidos. A esse grupo dos menos favorecidos, pertencem, além da classe social marginalizada e sem grandes poderes aquisitivos, também os indivíduos com necessidades educacionais especiais.

A democratização da sociedade propiciou importantes avanços, sendo o pontapé inicial dos movimentos pelos direitos humanos, apontando a urgência da construção de espaços sociais menos excludentes, propondo alternativas para o convívio com a

diversidade. A escola tradicional é marcada pela exclusão, pois a atuação dos profissionais se dá unilateralmente, sem considerar a diversidade dos alunos. Aqueles que não se ajustam à maioria ou não acompanham são excluídos.

Nossa sociedade é excludente, juntamente como a escola exclui aqueles que não estão dentro de determinados padrões e expectativas. Então, o professor desempenha um papel imprescindível no sentido de rompermos com as práticas excludentes. Para tanto, precisa aprender a olhar para os seus alunos de forma individualizado, buscando compreendê-los enquanto sujeitos com potencialidades e não se basear somente nos diagnósticos fechados, e sim no que observa no cotidiano. Isso requer a gestão escolar possa ampliar os espaços para que tais discussões possam fomentar a reflexão e transformação nas práticas pedagógicas, promovendo espaços de formação continuada e a implementação na prática das políticas voltadas à inclusão. Isso por sua vez, requer que o gestor se aproprie de tais normativas legais e possa subsidiar a comunidade no sentido de buscarmos junto aos órgãos públicos a efetivação das mesmas no âmbito do contexto escolar.

Conforme evidenciado no decorrer da pesquisa, incluir é mais do que adaptar os espaços físicos e garantir o acesso à escola. Requer práticas pedagógicas que busquem promover espaços nos quais todos possam aprender e compartilhar conhecimentos. Neste aspecto, a gestão escolar desempenha um papel primordial no sentido de articular e promover tanto o debate quanto a participação efetiva de todos os segmentos na adoção de estratégias que promovam a inclusão em todos os sentidos. Este processo inclui desde a acolhida dos alunos e suas respectivas famílias bem como a preparação e formação continuada dos educadores que compartilharão do espaço escolar com o mesmo. Esses são caminhos que devem ser trilhados para a construção da educação inclusiva.

Os gestores devem ser profissionais comprometidos em atender às diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo e com a formação do cidadão, apto a exercer cidadania. Cabe aos gestores acompanharem e proporcionarem de perto o desenvolvimento integral dos educandos, buscando promover por um lado às conquistas individuais e coletivas e por outro lado, trabalhar com o conhecimento das diferenças individuais e o respeito por elas por meio de

discussões, reflexões, interação com a família, comunidade, corpo docente e os demais no processo educativo.

Os desafios de ser gestor escolar são muitos. Há a necessidade constante de “aprender a aprender” dentro de uma perspectiva de formação contínua. E, se as exigências dessa profissão mostram que os objetivos não estão sendo alcançados, podemos fazer nossas as palavras de Zagury (2006, p. 136) quando diz: “não estamos ainda sabendo trabalhar direito,..., mas queremos fazê-lo! Apenas, ajudem-nos, dêem-nos as condições e os saberes, suporte, infra-estrutura, condições, enfim – e então nós faremos, e faremos bem!...”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico - construindo escolas inclusivas**: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

ABENHAIM, E. **Os caminhos da inclusão: breve histórico**. In: MACHADO, A. M. et al. (Org). *Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. *Revista Integração*, Brasília (Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial), v.14, n.24, p.24- 27, 2002.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais**. In: *Ensaio pedagógico - construindo escolas inclusivas* : 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.
p.7-15

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Orientações e marcos legais mais importantes para a inclusão**. In: *Ensaio pedagógico - construindo escolas inclusivas* : 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.62-65

ZAGURY, Tania. **O Professor Refém: Para Pais e Professores entenderem porque fracassa a educação no Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

Anexo 1- Questionários

1. O que você entende por educação inclusiva?

Entendemos por educação inclusiva aquela que inclui alunos com NEE (necessidades educacionais especiais, no âmbito escolar, no que se refere a classe regular.

2. Na sua escola há alunos inclusos? Em caso afirmativo, quantos e quais as deficiências e como a escola realiza o atendimento?

Sim .Oito alunos. Deficiência intelectual, deficiência física e fenilcetonúria . Na escola temos trabalho diferenciado na classe regular e no contra turno classe de AEE (atendimento educacional especializado).

3. Como você avalia que está sendo realizada a inclusão? Na sua opinião, qual (is) aspectos você julga positivos e qual (is) precisam ser melhorados?

Entendemos que a inclusão de alguns alunos isto é aqueles que possuem determinado grau de deficiência, que conseguem interagir e aprender com os demais. Consideramos como positivo aquele aluno que possui condições de evoluir em relação a aprendizagem, bem como o convívio com os demais.Precisa ser melhorado em muitos aspectos, tais como:formação para os professores, currículo diferenciado para estes alunos,conforme a necessidade de cada um, recursos pedagógicos, equipe multidisciplinar para dar suporte e apoio aos professores.

4. Enquanto gestor (a), quais são as maiores dificuldades que enfrenta no cotidiano com relação a educação inclusiva?

A maior dificuldade encontrada no dia a dia é a indisciplina em sala de aula, pois os alunos com necessidades educacionais especiais possuem tempo reduzido de concentração, não conseguindo acompanhar os demais, dificultando assim o trabalho do professor em sala de aula, o professor passa mais tempo acalmando e pedindo atenção do que repassando o conhecimento. Dessa forma os demais alunos acabam sendo prejudicados em relação ao conteúdo e conseqüentemente a aprendizagem. Isto reflete nas famílias e estas muitas vezes nãoaceitam esta situação, pois seus filhos perdem em relação a aprendizagem e ainda dependendo do caso, são agredidos por alunos inclusos.

5. N a sua opinião, que estratégias podem ser adotadas no âmbito da formação inicial e continuada a fim de que os professores sejam preparados para desenvolver práticas de inclusão no âmbito da escola?

Consideramos que desde o principio isto quer dizer, desde o magistério, assim como no nível superior de qualquer área afim, precisa preparar e formar profissionais que possam lidar com as situações do cotidiano escolar, no que se refere a inclusão.

6.Em termos de espaços físicos e materiais, como a sua escola está preparada/ organizada para receber alunos inclusos?

Os espaços físicos estão adaptados com exceção do 2º piso. Temos classe de AEE (atendimento educacional especializado) para alunos no contra turno. Temos Recursos pedagógicos, mas precisa ser ampliado e enriquecido, como por exemplo ter uma sala de recurso multifuncional.

1. O que você entende por educação inclusiva?
Educação inclusiva é o direito do ser humano de ter as mesmas possibilidades e oportunidades de aprendizagem, independente do seu nível cognitivo. É um processo educacional que contempla aspectos sociais positivos, pois proporciona à todos o convívio com a diversidade.

2. Na sua escola, há alunos inclusos? Em caso afirmativo, quantos e quais as deficiências e como a escola realiza o atendimento?
Sim, 4 alunos, intelectual, visual e auditiva. É realizado o atendimento em turno inverso, conforme o recomendado pela lei, e com apoio pedagógico em sala de aula.

3. Como você avalia que esta sendo realizada a inclusão? Na sua opinião, qual (is) aspectos você julga positivos e qual (is) precisam ser melhorados/alcançados?
A inclusão esta sendo realizada de forma atualmente possível na nossa opinião os aspectos positivos são as profissionais que estão trabalhando com estas crianças, bem como o apoio pedagógico e o que precisa ser melhorado é a questão física e material.

4. Enquanto gestor (a), quais são as maiores dificuldades que enfrenta no cotidiano com relação a educação inclusiva?
Resistencia de alguns professores em entender os alunos;
Falta de obras e espaços com acessibilidade;
Maior agilidade na contemplação dos pedidos (Sala de recursos multifuncional);

5. Na sua opinião, que estratégias podem ser adotadas no âmbito da formação inicial e continuada afim de que os professores sejam preparados para desenvolver praticas de inclusão no âmbito da escola?
Dentro da formação inicial, as universidades deveriam ampliar dentro das demais disciplinas, maior carga horaria, que desenvolva um conhecimento mais profundo relacionado as praticas pedagógicas referentes a inclusão.

6. Em termos de espaços físicos e materiais como a sua escola esta preparada/organizada para receber alunos inclusos?
A escola não tem sala multifuncional, banheiros adaptados em caso de deficientes físicos e também falta material adequado, no entanto, nós adequamos e atendemos nossas demandas dentro das nossas possibilidades.

